

LIÇÕES AMARGAS

Uma história provisória da atualidade

GUSTAVO FRANCO

R
HISTÓRIA REAL

SUMÁRIO

[\[Avançar para o início do texto\]](#)

Capa

Folha de rosto

Créditos

Mídias sociais

Dedicatória

Apresentação

1. AS REFORMAS

1.1. A invenção das reformas

1.2. O consenso não era de Washington

1.3. As melhores e as piores práticas internacionais

1.4. Reformar a ideia de reforma

2. A CIÊNCIA

2.1. Lembranças da Revolta da Vacina

2.2. O coronapopulismo

A incrível narrativa da cloroquina

2.3. Uma teoria geral da insensatez

As leis de Cipolla

Experimento 1: a cretinice em um modelo evolucionário

Experimento 2: a cretinice partidária e o teste da brotoeja

3. O ESTADO

3.1. O carrapato, a vaca e o casamento arranjado

3.2. O tamanho do Estado (1): o negacionismo fiscal e o teto de gastos

3.3. O tamanho do Estado (2): a pandemia e a guerra

3.4. A responsabilidade fiscal não prejudica as políticas sociais

3.5. Chernobyl e a nova privatização

4. OS JUROS

4.1. Juros de Primeiro Mundo, pela primeira vez

4.2. A “sociologia” do juro baixo

4.3. O fundamento para o juro baixo

4.4. O mercado de capitais e o *crowding in*

5. TÓPICOS ESPECIAIS E ASSUNTOS INESPERADOS

5.1. O mundo do trabalho: *gigs* e o *kurzarbeit* verde-amarelo

5.2. As empresas *zumbi*

5.3. O futuro do dinheiro

6. A ABERTURA

- 6.1. Nosso minúsculo grau de abertura
- 6.2. Globalização e empresas multinacionais
- 6.3. O Brasil e sua globalização espontânea
- 6.4. O isolacionismo brasileiro

Notas

Sobre o autor

Leia também

Para minha mãe

APRESENTAÇÃO

2020 será sempre lembrado não apenas como um ano estragado, repleto de tristeza e decepção, mas também pela teimosia em não terminar. Foi bem mais longo do que o habitual, ouço falar que se estenderá até o verão de 2022, quem sabe mais. Vai acabar quando estivermos todos vacinados, e vai faltar um pedaço do calendário e da existência. Muitos perderam muito mais: são milhares, milhões de vidas subtraídas ou desarrumadas, desempregadas e desenraizadas.

2020 foi uma década perdida.

Ainda por cima, as ações e omissões do governo, suas desculpas e narrativas atrapalhadas, piadas de péssimo gosto e falas arrogantes, tudo isso compõe um quadro tenebroso. As autoridades já pareciam atarantadas quando o problema era apenas ter de retomar o crescimento num país meio enferrujado, meio dividido e confuso. Com a pandemia, e muitas decisões ruins, foi a tragédia sobre a tragédia, inclusive política, um naufrágio do qual as lideranças políticas tentam sobreviver atrapalhando-se uns aos outros, amontoando-se sobre os botes salva-vidas, tumultuando o resgate e prejudicando o salvamento.

Seria ótimo falar de tudo isso no passado, batendo na madeira, silenciosamente festejando o seu final. Mal podemos esperar para tratar de 2020 como história acabada, sendo certo que o ano entrará para a triste galeria onde estão 1914, 1929 e 1939, no século XX, ou 2001 (9/11) e 2008, no século XXI, anos de eventos terríveis, cuja extensão e

consequências não se conseguia vislumbrar enquanto estavam acontecendo.¹

O pesadelo prossegue, portanto, não conseguimos ainda deslocá-lo para o terreno da memória, não há direito adquirido a um ano tranquilo e próspero em 2021, e adiante. Na vida real não existem esses direitos. Nem leis de compensação. Não adianta se queixar ao bispo, ao Legislativo ou ao magistrado garantista: terá 2020 sido inconstitucional?

É melhor não perder tempo pensando nisso, e se tiver sido?

Há certo conforto em acreditar que existe uma lógica nisso tudo: um pecado e um castigo. Cumpre-se a pena, e o jogo prossegue. Ou não. Seria uma revolta da natureza contra as ambições humanas de controle e progresso? Germes, insetos e o clima, todos contra as pretensões pecaminosas da humanidade. Como lidar com essas forças usando inteligência artificial, *machine learning* e *python*?

Prometeu – o arquétipo mitológico do desafio ao saber estabelecido e metáfora habitual de historiadores para a inovação tecnológica e para o enredo do conhecimento proibido – rouba o fogo dos deuses e obtém um castigo terrível: uma águia devora-lhe o fígado todos os dias, mas durante a noite o órgão se regenera e o suplício se repete no dia seguinte, todos os dias, pela eternidade. A pior parte, note-se, é a repetição.

A propósito da experiência existencial na pandemia, em *A peste*, de Albert Camus, há um sermão inesquecível do padre Paneloux que, primeiro, procura unificar seu rebanho: “Pensastes que bastaria visitar Deus aos domingos para ficardes com vossos dias livres. Pensastes que algumas genuflexões pagariam suficientemente o vosso desleixo criminoso.” Antes da salvação, segundo essa lógica, é preciso escolher

uma igreja.

Em seguida, o padre fornece conforto por meio de uma tese utilitária e falsa: “Os justos não podem temê-la, mas os maus têm razões para tremer.” Sim, é uma variante da ideia de que existe algum salvo-conduto espiritual, ou moral, durante a peste, que se sabe não existir. Outro formato, ainda mais impressionante, da mesma tese, veio da máxima segundo a qual “quem é feliz não pega covid”, o que se tornou lugar-comum no Ministério da Saúde, na gestão do tristemente célebre General Eduardo Pazuello.² É a velha tese do “nós” e “eles”, sendo que doença seria apenas para “eles”, os “outros”, mas não há garantias.

A pandemia disparou controvérsias econômicas acerbadas e experimentos importantes. As lições desse ano difícil têm imenso valor, todas elas lições amargas, obtidas à custa de muito sofrimento e privação. É disso que se trata neste volume. A vida econômica continua, teimosamente; é preciso entender, assimilar e seguir. É simples: quem não aprende, não passa de ano, fica para trás, enquanto o resto da classe avança. Vale refletir sobre o que restou da agenda econômica anterior, das inúmeras questões com cuja falta de solução já estávamos acostumados e das reformas que ficaram velhas antes mesmo de acontecer. Tudo parece ter ficado mais agudo e urgente, assim como parece ter reduzido a nossa tolerância com a procrastinação. Ou não?

Muita gente fala que vamos sair melhores dessa crise. Quero muito acreditar nisso. Cada um de nós tem a sua história, meio idílica ou não, sobre como a vida vai ser melhor depois desse contato com a covid-19.

Seremos mais tolerantes e solidários, produtivos e criativos, ou os mesmos, apenas mais pobres, ressentidos e machucados? Os problemas econômicos ficarão piores e mais ásperos, ou a adversidade terá estimulado a criatividade a ponto de nos trazer inovações engenhosas que vão simplificar nosso caminho na direção da prosperidade?

Há muitas teorias, conforme as nossas flutuações de humor. Cada um tem a sua. Há também muito “viés de confirmação”, como se diz, todos acham que a pandemia serviu para atestar o que já pensavam. Para o bem e para o mal.

Muitos assuntos continuam sem solução. História e historiador são sempre inseparáveis, como se verifica mais uma vez. O que não necessariamente quer dizer que tudo é narrativa, voltaremos a esse assunto mais adiante, ao tratar da cretinice que assolou o país.

É claro que é possível retirar do episódio algumas lições para o dia seguinte, relativamente limpas da guerra cultural, mesmo que sejam cruéis demais para serem debatidas na TV, com a ressalva importantíssima de que são provisórias, já que a única coisa clara é o nevoeiro.

A experiência da pandemia, por ora, parece mais longa, torturante e profunda do que qualquer um estava preparado para admitir em 11 de março de 2020, quando a OMS definiu o surto da covid-19 como pandemia. As surpresas foram se acumulando, não parecem ter se esgotado, e o ano de 2020 terminou sem acabar, para o desespero de todos nós.

Por isso mesmo pareceria precário e arriscado dedicar-se às lições de um episódio ainda em pleno andamento, mas há bons motivos para refletir sobre o que se passa, por mais transitório que seja.

Toda história com algum ingrediente de atualidade é sempre prematura, pois os fatos parecem nunca estar totalmente acabados e compreendidos³. Portanto, a história escrita é sempre um relatório de andamento, parcial e tentativo por natureza, cuja provisoriedade é incômoda e inevitável, eis que o presente ainda não virou passado. “O que é, com efeito, o presente?” – pergunta o historiador Marc Bloch, ao observar que assuntos com “coeficiente muito forte de contemporaneidade” não deveriam ser misturados necessariamente com o “restante do passado”. Mas quão remoto precisa ser o passado para se tornar história?

“a partir de 1830, já não é mais história”, dizia-nos um de nossos professores de liceu, que era [muito] velho quando eu era jovem: é política. Não diríamos mais “a partir de 1830” ...nem “é política”. Antes, num tom respeitoso: “é sociologia”; ou, com menos consideração, “jornalismo”.⁴

De todo jeito, guias provisórios, indicações de obstáculos e diretrizes de contingência são sempre muito úteis para a navegação em mares revoltos, sobretudo quando os mapeamentos definitivos somente estarão disponíveis bem depois de a jornada terminar, quando, então, terão pouca utilidade.⁵

Este pequeno livro se debruça sobre a atualidade, um tema sabidamente perigoso, pois tudo é dinâmico e incerto, mais do que antes. Por conta disso, ninguém mais faz livros; as pessoas fazem *posts*, textos para durar menos que uma tarde.⁶ Talvez essa seja a literatura do futuro, aquilo que nossos descendentes verão quando se debruçarem sobre o passado. Talvez continue sendo através de livros, oxalá! O

formato altera o modo como a memória se organiza e o livro compromete os autores com ideias mais duradouras.

Pois bem, nesse mar revolto em que nos encontramos, este livreto é como uma mensagem colocada dentro de uma garrafa jogada no mar. O antigo hábito pressupõe garrafas de vidro hermeticamente seladas, papel e tinta de certa qualidade. Essa mensagem vai durar muitos anos, certamente mais do que um *post*. Para desespero dos ambientalistas, o plástico leva muito tempo para se degradar, o vidro mais ainda. Já as ideias, não têm prazo de validade.

O fato é que a vida econômica segue e já estava mesmo na hora de algumas correções de rumo. Vejamos se este relato, meio caminho entre o registro e o lamento, ou o desabafo e a coleção de lembretes, pode nos ajudar a refletir sobre alguns assuntos importantes.

CAPÍTULO 1

AS REFORMAS

Bem antes da pandemia, o andamento da economia já era frustrante.

No final dos anos 1980 a expressão “década perdida” ainda chocava observadores treinados a tomar o “milagre econômico” como nosso futuro provável, um “lugar conhecido”, onde tínhamos estado, ainda que por breve momento, mas para onde estávamos fadados a retornar. O mito do milagre ficou conosco durante muitos anos, acho que só nos escapou recentemente, diante da acumulação de decepções.

Havia uma certeza sobre essa vocação. Aceitávamos, meio a contragosto, a condição de economia “emergente”, mas era questão de tempo.

É difícil dizer se o otimismo, assim ingênuo sobretudo, não leva à preguiça. O problema é que esse futuro idealizado está longe de ser inevitável, não estamos condenados ao sucesso, tampouco ao fracasso; vai depender do que fizermos, nosso destino está onde sempre esteve, em nossas mãos, mas há uma síndrome nacional antiga, a de achar que vamos ficar ricos sem trabalhar, por conta de algum evento mágico, a descoberta de uma jazida ou de um choque econômico heterodoxo.

O Brasil adora um remédio milagroso.

Esse tipo de advertência, no passado, poderia servir para moderar

nossa propensão ao autoengano, mas depois de tanta procrastinação, de algumas décadas perdidas e da pandemia, é preciso mudar o tom. Muitas portas já se fecharam, perdemos um tempo irrecuperável e talvez não seja mais possível retornar à primeira divisão. Exceto por um truque no “tapetão”.

Primeiro foi a hiperinflação. Com o tempo, ainda no século XX, fomos verificando que, de um lado, a receita desenvolvimentista juscelinista não funcionava mais; e, de outro, o mundo parecia irreconhecível, seus desafios não estavam codificados em nossos planos plurianuais de desenvolvimento, constitucionalmente incorporados na dinâmica orçamentária desde 1988. Em seguida, depois de resolvido o problema da moeda, ficou claro, também, que não há atalhos para a prosperidade e que mesmo uma descoberta espetacular, como a do petróleo da camada pré-sal, pode funcionar ao contrário.

Era para termos entrado para o Primeiro Mundo nesses últimos 30 ou 40 anos, mas fracassamos. Não apenas continuamos emergentes, como agora a maldição que assomou a Argentina no século XX – terminar o século mais pobre do que começou – parece muito próxima do Brasil do século XXI.

Na verdade, lamento informar, essa maldição é tão nossa quanto dos *hermanos*. Estranhamente fingimos não enxergar que o nosso século XIX foi um estrondoso fracasso econômico, que criou um abismo jamais recuperado entre nós e os americanos, com quem tínhamos condições próximas ao final do século XVIII. A renda *per capita* brasileira estagnou da Independência até o final do século, enquanto a americana quadruplicou. Em dólares constantes, a renda *per capita* brasileira de 1904, ano da Revolta da Vacina, foi exatamente a mesma – 713 dólares

constantes de 1990 – que a de 1820.⁷ Em seu conjunto, o Império foi um desastre econômico.⁸ Portanto, não é a primeira vez que experimentamos uma estagnação prolongada sem perceber.

A historiografia cultiva um olhar benigno sobre o Império, exaltando a estabilidade das instituições e sobretudo a preservação da unidade territorial, um contraste positivo considerando a vizinhança. Porém, é impossível dissociar o péssimo desempenho econômico do Império de uma equação política viciosa, da qual faziam parte não apenas a escravidão, como os impedimentos à livre iniciativa ricamente resenhados na agonia do Visconde de Mauá.

Na verdade, foi o exato rompimento dessa equação que transformou a quartelada de 15 de novembro de 1889, um tanto inesperadamente, no nosso primeiro e mais confuso “choque de capitalismo”. As reformas econômicas da ocasião, a Abolição entre elas, simplesmente atrasaram demais.

Como seria o Brasil se tivéssemos nos livrado desse “modelo econômico” meio século antes?

Essa experiência fundadora é muito útil para o debate contemporâneo sobre reformas, pois, segundo se alega, não estamos prontos, ou os perdedores se julgam injustiçados e pleiteiam um adiamento, para o governo seguinte, ou, idealmente, para a próxima geração. É sempre a mesma conversa, como se a obsolescência fosse inconstitucional e as boquinhas pudessem sempre durar mais uma década ou duas.

Sim, o Brasil é o país da procrastinação, e nessa terra a lentidão é “protocolar, litúrgica, dignificante”, tanto que o Brasil “não tem problemas, apenas soluções adiadas”, conforme ensina Luís da Câmara

Cascudo.

Mais uma vez, estamos no limiar de uma nova rodada de reformas e, coincidentemente, à beira do precipício. Na verdade, no país da procrastinação, a proximidade do precipício parece se mostrar essencial. Talvez não exista outra forma de romper com as amarras, senioridades e privilégios que oneram o nosso futuro que a antevisão de um gigantesco e vexaminoso abismo, cavado por nós mesmos, cujo fundo nem se consegue vislumbrar.

E assim, chegamos ao limiar da terceira década do século XXI com a medicação equivocada, contando “décadas perdidas” e “voos de galinha” em quantidades impensáveis, uma aritmética desoladora para um país que outrora ostentava a certeza de que estava predestinado à prosperidade. Não se pode mais dizer que são erros isolados, episódios que não alteram nosso destino econômico de glórias.

A ideia de reforma é muito útil. Essencial, na verdade. Mas a agenda mudou, bem como sua urgência. As reformas de que falávamos em seguida ao Plano Real não são necessariamente as que fariam melhor o Brasil pós-pandemia, pois os problemas ficaram mais difíceis. As variantes em matéria de procrastinação, bem como as dificuldades de execução, se tornaram exasperantes.

Este capítulo se organiza em quatro seções: as duas primeiras tratam do surgimento da ideia de reforma; as duas que se seguem argumentam sobre as novidades nesse tema.

No início, as reformas estiveram ligadas às transições dos anos 1980 e 1990, pertinentes à recuperação e transformação das economias socialistas. Outras economias emergentes aproveitaram a onda para energizar suas agendas de desenvolvimento, mas com resultados muito

desiguais. O Brasil estava no pelotão da frente quando surgiu a ideia do Consenso de Washington, mas, exceto pelo sucesso em livrar-se da hiperinflação, o que não foi pouco, o país exibiu progressos modestos nos campos das reformas e do crescimento econômico. Terá sido porque fez as reformas do Consenso de Washington, ou porque não as fez?

Afinal, nossos problemas são causados pelas reformas, ou pela falta de reformas?

Essa pergunta ainda ecoava quando a pandemia teve início e as urgências se alteraram, na intensidade e no foco. Novos temas se apresentaram, enquanto velhos impasses ganharam nova importância e se mostraram em novos ângulos. Uma onda de reformas seguindo-se à pandemia talvez possa ser transformadora e abrir novas possibilidades de progresso. Mas parece claro que é preciso reformar a ideia de reforma, tal como vem sendo experimentada.

1.1. A invenção das reformas

O fracasso continuado do sonho desenvolvimentista, ao menos em seu formato canônico juscelinista, a degeneração dessa mitologia em hiperinflação, seguida da reconstrução da moeda em 1994, resultaram em estabelecer a ideia redentora de “reforma”, ou de “reformas”, no plural, como consertos de natureza variada ao ideal do desenvolvimento, mas com o intuito de criar um novo sonho, o qual, todavia, ainda teima em permanecer meio vago, indefinidamente aprisionado em um labirinto interminável de concepção e negociação.

Sim, “reforma” é a palavra que tem capturado, ainda que apenas como invólucro de um novo futuro, a necessidade de um novo modelo econômico, que precisa ser mais detalhadamente especificado, e o reconhecimento implícito, e meio ocioso, de que o velho modelo JK se esgotou, ou a ideia de que é preciso reverter muitas práticas que não estão funcionando.

Reforma é o novo substantivo para o sonho, ocupando o lugar que antes cabia ao “desenvolvimento”.

Entretanto, a ideia de “reforma” se organizou no formato de módulos temáticos determinados pelas distorções mais flagrantes dos anos 1990, grandes e transcendentais reformas a serem implementadas em grandes fornadas, pois era o tempo do colapso do socialismo e da reconstrução econômica dos países da Cortina de Ferro. A ideia de reforma surgiu como reconstrução total, reinício, redefinição. É preciso reformar essa ideia, trazê-la para a nova realidade do Brasil que emerge da pandemia. É claro que precisamos ainda mais desesperadamente de reformas, mas seriam as mesmas? O que aconteceu com as da primeira safra?

Desde quando entraram para as prioridades nacionais, as reformas no Brasil ficaram aprisionadas a um gradualismo deliberadamente excessivo e a movimentos pequenos, tardios e invariavelmente insuficientes, à mercê de corporações enfurecidas, lideranças grisalhas amedrontadas, ou ambos, de tal sorte que, desafortunadamente, a ideia de “reforma” virou parte do *establishment*, um componente essencial da continuidade.

As reformas ficaram paradas no tempo, como Brasília, o futuro que não houve.

É estranho, mas não surpreendente, que nossas reformas ainda

estejam estacionadas na pauta do início dos anos 1990 – o “choque de capitalismo” –, que, infelizmente, ficou pela metade. Não é que o Brasil precise adotar um capitalismo selvagem do tipo chinês, mas é necessário se livrar de traços anticapitalistas tremendamente prejudiciais ao progresso. O Brasil ainda possui uma quantidade obscena de empresas estatais, de obstáculos à importação, de obrigações tributárias acessórias e de tribunais do trabalho. Essas distorções não são meras exceções à ordem econômica fundada na “livre iniciativa” de que fala a CF (art. 172, IV): exceções em grande quantidade compõem a verdadeira regra, um mosaico de regras individualizadas, cada corporação tratada da forma seletiva que melhor lhe cabe.

O Brasil ainda está preso a um anticapitalismo selvagem.

1.2. O consenso não era de Washington

Procrastinamos teimosamente as reformas pró-mercado adotadas pelo chamado Consenso de Washington, de birra com Washington – a conferência que deu origem a essa expressão⁹ poderia ter ocorrido em qualquer outro lugar, qualquer hotel quatro estrelas, com tarifas especiais para convenções de médio porte. É claro que a reunião poderia ter ocorrido, por exemplo, em Sergipe, mas o pessoal de Washington ficou com preguiça de viajar, ou não tinha verba. Suponho que se o consenso fosse de Aracaju,¹⁰ e bem poderia ter sido, pois as receitas eram conhecidas e vinham sendo aplicadas em muitos lugares, as “reformas” poderiam ter sido mais fáceis. Muita gente implica com Washington, não conheço ninguém que tenha problemas com Aracaju.